

Um Breve Ensaio da Necessidade de Inserir a Educação Ambiental aos Conhecimentos do Gestor de Negócios

Resumo

A Educação Ambiental (EA) tem sido uma alternativa e/ou uma ação complementar à preservação/fiscalização do patrimônio sócioambiental. É sem dúvida um importante que serve como fonte básica de conhecimento para que o gestor de negócios tome a melhor decisão, evitando assim, os inúmeros riscos que tem aderência entre “meio ambiente, economia e negócios”. Este artigo tem por objetivo apresentar um breve ensaio multidisciplinar sobre a necessidade da EA estar em consonância com o mundo dos negócios e, para que isso ocorra, o caminho mais curto é educar o gestor ambientalmente. Durante todo o artigo, veremos que a EA é tratada como uma “causa nobre” e parte intrínseca na formação de um futuro gestor de empresas que tenha ligação direta com os problemas ambientais do mundo e que tente ir na defesa e preservação da vida.

Palavras-chave: Meio Ambiente, Gestão Ambiental, Educação Ambiental.

1. Introdução

É necessário manter a qualidade da água, do ar, do solo, enfim de todos os recursos naturais para a presente e futuras gerações. Essa preservação é a manutenção da vida na Terra, mas isso tem sido colocado em “xeque”, em virtude da busca excessiva pelo lucro.

Hoje todos conhecem, vivem e sentem os problemas ambientais. Sabemos das características, das causas e das conseqüências de cada um deles. No atual período, nota-se que está sendo bastante debatida a necessidade de implementação de um novo modelo de desenvolvimento que tenha como prioridade o crescimento econômico aliado à preservação ambiental. Não basta crescer, mas, sim, crescer e preservar. Esse novo modelo deve ser caracterizado, em especial, com o uso sustentável dos recursos naturais, permitindo a ampliação da consciência ambiental e a defesa do meio ambiente. Para que isso possa se tornar uma realidade, tem que haver uma mudança de atitude e de pensamento de boa parte dos atuais gestores que estão diretamente ligados ao mundo dos negócios, produzindo riquezas, criando e mantendo postos de trabalho, gerando impostos, ou seja, permitindo e contribuindo com o crescimento e desenvolvimento econômico do país.

Ainda, em se tratando da área ambiental, nota-se que a mudança de atitude do ser humano é essencial e a EA pode contribuir com esse processo, tendo um papel fundamental para o futuro dos seres vivos, pois é através dela que se pode viabilizar as mudanças e as ações de conscientização ambiental, nesse caso, priorizando o gestor de negócios.

Agora, por que a escolha da abordagem da EA voltada para o gestor de negócios? Por que considerar o gestor de negócios como parte essencial a ser educada ambientalmente? A resposta é bem simples: ele é o “tomador” de decisões, e as mesmas têm efeitos diretos com os processos de mudanças.

Também, justifica-se essa preocupação em razão de existir inúmeros estudos, textos, artigos, debates, tendo a EA ao centro, mas voltada para as crianças, os adolescentes e sempre no ambiente escolar. Raras as vezes que se aplica a EA no cotidiano da população em geral. Entretanto, sem a pretensão de elaborar um estudo de “futurologia negativista”, estamos convencidos de que só teremos futuro saudável e equilibrado, se os gestores de negócios repensarem a forma de explorar a natureza, de destinarem seus dejetos e efluentes, ou melhor, se repensarem o atual modelo de produção de riqueza. Hoje, há uma necessidade de agir de forma racional com o meio ambiente.

Diante disso, o presente artigo propõe discutir a necessidade da aplicabilidade da EA para os gestores de negócios, como forma de disseminar a criação de uma consciência ambiental e uma conduta ética capaz de dar conta de um novo processo de produção e exploração mais racional da natureza. O gestor de negócios deve estimular a participação coletiva e articulada de seus colaboradores no que tange os inúmeros aspectos ambientais que estão inseridos em suas empresas.

2. O Homem Educando e Aprendendo

Sabe-se que não é de hoje que o homem vem se apoiando nas múltiplas formas de ensino/aprendizagem para mudar o padrão de produção da sociedade e do mundo dos negócios.

Demajorovic (2003), em seu livro, lembra que a prática de dar treinamento para os trabalhadores já era utilizada desde a Revolução Industrial. Empresas como a Westinghouse ou a General Electric implementaram grandes sistemas de treinamento com o intuito de elevar a eficiência.

Outro exemplo vem de uma análise mais detalhada dos sistemas taylorista, fordista e toyotista já que ambos partem dos princípios do processo de ensino/aprendizagem inseridos na concepção de cada um desses sistemas.

Também é inegável que a competitividade tem aumentado e, a partir disso, o mundo dos negócios tem buscado cada vez mais a qualificação de sua mão-de-obra e de seus gestores de negócios. Hoje, fala-se muito em trabalho em equipe, sendo assim, os gestores sempre buscam a formação da equipe ideal para ampliar a produtividade e o lucro das empresas.

Entretanto, o homem tem a capacidade de interagir com seus pares, trocando conhecimentos, aprendendo, ensinando, criando e recriando, descobrindo e se desenvolvendo. É através deste processo de troca, de interação, que o homem se faz capaz de viver em sociedade, sendo a educação a forma mais genuína desta interação voltada ao crescimento de cada um. Outros animais também são condicionados por seus instintos a ensinar seus filhotes a como se adaptar a seus meios de vida para, assim, sobreviver e dar continuidade a sua existência.

Percebe-se que este processo educacional no ser humano é um processo contínuo. O crescimento intelectual humano é verificado ao longo de sua vida e o estímulo a isto também é intenso e constante. O homem não quer apenas se adaptar, ou se deter a condicionamentos instintivos, ele quer criar, ele quer transformar e ser transformado. A educação é usada como instrumento de mudanças.

A educação verifica-se não apenas no conhecimento técnico e científico, mas também na formação moral, ética e cidadã do indivíduo. Indo ao encontro dessa afirmativa, acreditamos que a EA contribui diretamente com a formação do cidadão e, conseqüentemente, do gestor de negócios.

Resumidamente, a partir de Giles (1987), temos que, na História, a Educação sempre teve como célula fundamental a família. É neste núcleo que a criança tem os primeiros contatos básicos com o aprender. Com a idade, outros elementos apresentam-se, como por exemplo, a necessidade do convívio em grupos sociais. Na Antiguidade, a educação já era vista como forma de divisão social, podendo verificar que os indivíduos possuidores de determinados conhecimentos específicos os transmitiam somente a pequenos grupos de seus pares. Com a invenção da escrita, as vantagens da minoria fizeram-se superiores, pois nem todos tinham acesso a estes símbolos.

Os gregos e, posteriormente, os romanos, foram a civilização que mais contribuiu para a constituição da cultura ocidental. “Os gregos, auxiliados por um clima ameno e, sobretudo pela proximidade do mar, conseguiram edificar uma civilização cujos reflexos no processo

educativo fazem parte indissociável do patrimônio cultural do Ocidente”. (GILES, 1987, p. 11)

O grande desenvolvimento grego e posteriormente romano se deu graças ao incentivo ao crescimento intelectual do ser, tendo como base a educação, haja vista que todos os grandes filósofos da época foram exímios educadores. A educação greco-romana baseava-se em um sistema educativo cujo elemento principal era o pensamento crítico, utilizando o método dialético, a análise crítica de suas temáticas e o ceticismo. Com a decadência do Império Romano, a humanidade entra na Idade Média, chamada de era da escuridão, não à revelia. Foi a época em que a educação era restrita, não no sentido de ser para poucos, mas sim na restrição aos pensamentos crítico e filosófico e ao conhecimento. O desenvolvimento humano ficou lento, sendo esta época vista sempre como século de retrocesso intelectual.

A educação voltou a ser incentivada no Renascimento, cujo espírito crítico ganhou forças novamente e as universidades da Europa Ocidental tiveram seus anos áureos, com toda a cultura greco-romana revista e cultuada. Todo este resplendor clássico não teve longa duração, pois, pouco tempo após o Renascimento, a Reforma Religiosa, movimento que centrava o homem na religião e não em seu desenvolvimento próprio, tomou por completo, novamente, todas as esferas sociais européias da época. O movimento da Contra-Reforma induziu a Europa a um grande período de guerras, que, apesar de penoso, levou a sociedade da época a um momento de insurreição, fazendo com que o ser humano pensasse e analisasse sua situação. Estes atos contribuíram para o desenvolvimento e aprimoramento do pensamento e do conhecimento, surgindo o Iluminismo.

Com o Iluminismo, surge uma nova ordem social e econômica. A Revolução Industrial modificou as estruturas sociais, fazendo da burguesia nova classe social, um instrumento de força para o desenvolvimento de formas diferenciadas de pensar e organizar a educação. A democratização da educação faz-se necessária com a pressão da classe trabalhadora, além da qualificação de mão-de-obra. Nesta época, o Ensino Infantil cresce, trazendo, como consequência, uma grande demanda pelos Ensinos Médio e Superior. A partir disto, a educação começa a se desenvolver utilizando-se de outras ciências para auxiliá-la, como a Psicologia, a Sociologia, a Antropologia, entre outras.

No século XX, começa, na América Latina, um processo de tentativa de descolonização integral com bases na educação. Muitas foram as organizações internacionais que tentaram, e ainda tentam, viabilizar este desenvolvimento, através de incentivos voltados para o crescimento educacional destes países.

Mesmo não sendo o objetivo central deste artigo, cabe citar que em todo este processo de desenvolvimento da educação, vinculado às transformações sociais de cada época, surgiram teorias e abordagens educacionais diferenciadas ao longo do tempo.

Torna-se mais evidente que a prática da EA (tema principal deste trabalho) esteja totalmente voltada para a renovação, mudança, autonomia, democracia, crítica, consciência, prática política e social, que estão presentes em obras de educadores como Paulo Freire, Dermeval Saviani, Moacir Gadotti, Edgar Morin, entre outros, e que encontramos inseridas em bases ideológicas da pedagogia voltada para a educação ambiental.

3. A Educação Ambiental – Conceito e Evolução

A literatura específica do tema deste estudo oferece que o marco inicial do termo “Educação Ambiental” surgiu nos anos de 1960. Dentre os vários autores que trazem essa informação, citaremos, aqui, os textos de Vale (2005), de Marçal (2005) e de Amâncio (2001). O termo *Environmental Education* (Educação Ambiental) surgiu, mais precisamente, no ano de 1965, durante a Conferência em Educação que aconteceu em Keele (Grã-Bretanha).

Relatam, também, que a EA passou a ser pensada em virtude da preocupação com o meio ambiente, principalmente advertindo sobre o consumo excessivo dos recursos naturais e

dos danos que o homem vinha causando. De lá para cá, muito tem sido falado e discutido sobre a EA. Mas, o que seria EA?

Poderíamos trazer várias definições de EA, contudo, cabe lembrar que cada definição depende da vivência, da experiência, da área de atuação, do objetivo e do próprio autor. Entretanto, seja qual for a definição, há semelhanças entre as mesmas.

Traremos algumas das várias definições que existem na bibliografia e na literatura sobre EA, para ilustrar a afirmativa acima e, claro, contribuir com a área do conhecimento da EA.

Para a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), EA é um processo permanente no qual os indivíduos e a comunidade tomam consciência do seu meio ambiente e adquirem conhecimentos, habilidades, experiências, valores e a determinação que os tornam capazes de agir, individual ou coletivamente, na busca de soluções para os problemas ambientais, presentes e futuros (UNESCO, 1987).

Já Tozoni-Reis (2003, p.12) conceitua a EA como:

[...] uma dimensão da educação, é atividade internacional da prática social, que imprime ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos, com o objetivo de potencializar essa atividade humana, tornando-a mais plena de prática social e de ética ambiental. [...] a educação ambiental é mediadora da apropriação, pelos sujeitos, das qualidades e capacidades necessárias à ação transformadora responsável diante do ambiente em que vivem.

Navegando pela rede mundial de computadores (*Internet*), encontra-se a definição para EA dada por Aziz Ab' Saber:

Educação Ambiental é um processo que envolve um vigoroso esforço de recuperação de realidades e que garante um compromisso com o futuro. Uma ação entre missionária utópica destinada a reformular comportamentos humanos e recriar valores perdidos ou jamais alcançados. Trata-se de um novo ideário comportamental, tanto no âmbito individual quanto coletivo¹.

Já Pincerato (2007, p.19) apresenta outra definição que, por sinal, é interessante, pois aborda a EA no ensino de base e superior: Educação Ambiental é um tema amplo, vasto e importantíssimo, cujos conteúdos podem transitar de noções elementares para os primeiros anos do ensino a conceitos avançados de alta tecnologia para o ensino superior. Todos, um dia, serão aplicados nos princípios da sustentabilidade com o objetivo único de sustentar, qualificar e prolongar a vida.

Para entender a evolução histórica da EA e parte do movimento ambientalista, voltemos à década de 1960, onde se iniciaram, no mundo, as preocupações com o meio ambiente. Uma delas foi a inquietação com relação às emissões de poluentes. Outra que destacamos foram os acidentes e incidentes ambientais que ocorreram e degradaram o meio ambiente e a própria vida. A preocupação com o aumento populacional e o aumento de consumo de alguns produtos também vieram em cena. Tivemos, ainda, a valorização de alguns recursos naturais, já que se visualizou o esgotamento futuro do petróleo, da madeira, da água e de outros produtos naturais (SEIFFERT, 2007).

Marçal (2005) coloca que o movimento ambientalista nasceu na década de 1960, juntamente com outras mudanças culturais que vinham ocorrendo no mundo, como o movimento dos *hippies*, o movimento feminista, a liberação sexual, o movimento negro, o pacifismo, a explosão do *rock-and-roll* e as manifestações anti-Guerra Fria e anti-Vietnã.

Um ponto que marca a área ambiental ocorreu no ano de 1962, no Estados Unidos da América, quando uma bióloga e jornalista Rachel Carson publicou o livro intitulado *Primavera Silenciosa*, que, posteriormente, foi proclamado como um clássico do movimento

¹ Homepage: <http://educar.sc.usp.br/biologia/quadrinhos/definicao.jpg>. Acesso em: 15 de maio de 2007.

ambientalista mundial. O livro ganhou *status*, pois relatava o uso excessivo de produtos químicos e seus efeitos na natureza que implicava na perda da qualidade de vida. (SILVA, 2003).

No ano de 1972, foi criada pela ONU, na Suécia, a Conferência de Estocolmo sobre Ambiente Humano que foi a primeira ação da comunidade internacional em prol do meio ambiente. Essa conferência foi liderada por Maurice Strong e considerada o marco inicial e histórico para as políticas ambientais do mundo. Marçal (2005) coloca essa conferência como sendo um marco histórico para o surgimento de políticas de gerenciamento ambiental.

Em 1987, foi publicado um relatório chamado Relatório Brundtland (também chamado de Relatório “Nosso Futuro Comum” – *Our common future*). Esse documento foi produzido pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, onde havia uma proposta de difusão do Desenvolvimento Sustentável que seria um novo modelo capaz de conciliar a atividade econômica e a proteção ambiental. (LIMA, 2005).

No ano de 1992, tivemos, no Brasil, mais precisamente na cidade do Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida popularmente por ECO-92 ou RIO-92, onde estiveram reunidos representantes de 179 países. Nesse evento, os participantes se comprometeram em buscar o Desenvolvimento Sustentável. Discutiram vários temas relevantes que resultaram em vários documentos como a Declaração do Rio de Janeiro, o Tratado da Biodiversidade, a Convenção sobre o Clima e a Agenda 21 (diretrizes e normas que visam a atingir o desenvolvimento com sustentabilidade). Durante esse encontro, tivemos a criação da Convenção Marco das Nações Unidas sobre a Mudança Climática (UNFCCC), que já pedia cortes voluntários nas emissões de gases de efeito estufa. Essa convenção que priorizava a redução das emissões de gases de efeito estufa, foi assinada por 154 países.

Silva (2003) lembra do encontro do ano de 1997, intitulado RIO+5, que ocorreu cinco anos após a ECO-92, no Rio de Janeiro, onde se reuniram para avaliar os resultados da ECO-92.

No mesmo ano, realizou-se em Thessaloniki (Grécia) a Conferência Internacional sobre o Meio Ambiente e Sociedade: Educação e Consciência Pública para a Sustentabilidade, que alertou para a necessidade da realização de ações de EA (BUENO, 2006).

Como podemos perceber, os debates ambientais e a EA há pouco tempo que vêm sendo debatidos e ganhando vulto.

4. Concepção da EA na Formação de Gestor e Cidadão

A educação para a educação ambiental está diretamente ligada à responsabilidade, elemento que, com a banalização inserida na moral social através da dinâmica de mercado, demonstra, ao ser humano, como verdade absoluta de senso comum, que somente será considerado um indivíduo social a partir do momento em que adquirir poder de compra, caso contrário, este recebe o título de “ninguém”.

Neste discurso, percebemos pessoas presas a concepções pré-determinadas e preconceituosas, as quais são influenciadas pelo próprio meio social e pela escola que não se demonstra participante num processo de emancipação cidadã. Diante disso, cabe a nós repensarmos a formação dos valores e do homem.

“O mundo não é. O mundo está sendo” (FREIRE, 2006, p. 76).

Com esta citação, iniciamos nossa explanação sobre a capacidade humana de se construir e se reconstruir constantemente. Palavras como “ser inacabado” e “ser histórico-social” são características próprias do homem verificadas nas obras de Freire. Para o pedagogo, o ser humano é um ser que não é pronto ou determinado em nenhuma época de sua vida, é um “ser inacabado”. Suas vivências, suas ações, o meio em que vive, o modo que vive, sua história, tornam-se inevitáveis na formação de seus conhecimentos. Tendo em vista estas

considerações, não podemos dissociar o processo educativo da vivência do homem. Para possibilitar uma aprendizagem mais eficaz, o professor deve estar ciente de que a história social de cada um, considerando a sua própria história, faz-se fundamental para a incitação da educação.

A terminologia “ser inacabado” não faz referência apenas ao discente, mas principalmente ao docente que, no processo de formação, se produz e se transforma através da relação e da troca com o educando. Verifica-se, nas considerações do autor em seus livros, a constante dinâmica das relações na educação. O aprender e o ensinar são combustíveis para um movimento ativo, que denota a construção constante e a conseqüente transformação de algo. A transformação do homem, a transformação das relações do homem com o próprio homem e a relação do homem com o meio – todas estas também verificadas nos objetivos da formação do homem como ser sujeito da educação ambiental. Ainda cabe repensar a questão da formação da “consciência”.

Como seres inacabados, em constante formação e transformação, podem ser determinados? Para Freire (2006), o determinismo não existe. O que se apresenta ao homem é o condicionamento social, cultural, histórico, geográfico, econômico. O ser humano, quando não consciente, se vê à mercê de condições que se impõem a ele externamente, não sendo estas características internas (ou mesmo genética para quem diz que “todo nordestino é preguiçoso”, dando a entender como elemento que se apresenta em seu DNA). Condições não são estáticas, são passíveis de mudança, portanto, não existe pessoa/ser humano determinada a estar relegada à situação em que se encontra. O que se apresenta é a falta de instrumentos críticos, como a consciência, para que se transponham as barreiras do condicionamento. E como desenvolver a consciência crítica?

De acordo com Freire (2006, p.54), “Conscientização é exigência humana, é um dos caminhos para se pôr em prática a curiosidade epistemológica. Em lugar de estranha, a consciência é natural ao ser que, inacabado, se sabe inacabado”.

Ter consciência é compreender, é entender, é saber, é ter conhecimento, é apreender. Todos estes verbos estão intimamente ligados ao processo da educação. Para Freire (2006), o homem e a mulher já são naturalmente seres curiosos. Desde seu nascimento, o ser humano procura, instigado por sua curiosidade nata, entender o que se passa em seu entorno, o porquê das coisas, o porquê de sua existência. Esta curiosidade infantil, despreocupada, deve ser utilizada na escola, para desenvolver no homem a inquietude do conhecimento. A educação deve transformar esta natureza propensa ao saber, em necessidade de se buscar e se desenvolver cientificamente. Este é o papel do educador, canalizar a curiosidade despreocupada para uma “curiosidade epistemológica” através da *práxis*² (FREIRE, 2006)

Para esta incitação ao conhecimento científico, o educador deve estar atento à história do educando. Sabe-se que o indivíduo somente aprende, no sentido de apreender e assimilar, aquilo que lhe dá prazer e aquilo que ele quer, sendo que as atitudes somente são aprendidas pela experiência. Portanto, não existe aprendizado sem a prática e sem a experiência histórico-social de cada um. Além do que, o aprendizado não acontece de maneira pontual, segmentada. Este processo acontece de maneira sistêmica, sendo que, quando o indivíduo aprende algo que ele quer, outros aprendizados acontecem. Esta idéia coincide com a transdisciplinaridade citada por Gadotti (2000), elemento fundamental para a educação voltada ao desenvolvimento sustentável de nossa sociedade.

Seguindo em direção a outro autor e o relacionando com o que foi explanado até agora, para chegarmos à consciência, teremos, então, um diálogo entre a curiosidade epistemológica de Freire (1996) e a consciência filosófica de Saviani (2000). O homem,

² “A *práxis* científica compreende o conjunto das atividades desempenhadas pelos cientistas tendo por finalidade a produção de novos conhecimentos científicos. A observação desempenha um papel relevante neste processo, havendo mesmo quem afirme que a ciência começa pela observação”. (MESQUITA FILHO, 2008)

estagiando o parâmetro da incitação do conhecimento, percebe-se capaz de compreender e buscar a sua autonomia: “Saberei tão melhor e mais autenticamente quanto mais eficazmente construo minha autonomia em respeito às dos outros” (FREIRE, 2006, p. 94).

Sendo este um processo cíclico – quanto mais compreendo, entendo e sei, maior será minha autonomia, maior será minha independência perante aos condicionamentos de meu meio e quanto maior minha autonomia, maior será minha capacidade de buscar compreender, entender e saber. “Os homens são condicionados apenas a reproduzir verdades outras, técnicas ou ciência sem reflexão prévia” (AMÂNCIO, 2001, p. 39).

Visto este pensamento de Amâncio. Percebe-se, em Saviani (2000), a deturpação a que o senso comum verificado em algumas práticas docentes nos remete, principalmente sendo o senso comum fator condicionante das classes menos privilegiadas. O conhecimento não pode ser filtrado e direcionado, ele tem que ser puro e, a partir de sua análise, estudo e aplicação, ser transformado e reaplicado novamente – partindo para uma nova construção de conhecimento: a práxis. O senso comum, ao qual estão relegadas as massas populares, são conhecimentos distorcidos e direcionados por partes sociais que desejam distorcer o saber em favor próprio. “Diante disso, a forma pela qual a classe dominante, através de suas elites, impede a elevação de nível de consciência das massas é manifestando uma despreocupação, um descaso e até mesmo um desprezo pela educação”. (SAVIANI, 2000, p.6).

Não é à revelia que, por todo processo de construção de conhecimento, compreensão, entendimento, da construção do saber existe também a construção da consciência.

Passar do senso comum à consciência filosófica significa passar de uma concepção fragmentária, incoerente, desarticulada, implícita, degradada, mecânica, passiva e simplista a uma concepção unitária, coerente, articulada, explícita, original, intencional, ativa e cultivada (SAVIANI, 2000, p.2).

A consciência, advinda da educação, torna o homem um ser independente e capaz de transformar o meio em que vive, lutando contra as injustiças, a imoralidade e a falta de ética presentes em sua vivência. Esta consciência filosófica e conseqüente autonomia, citadas no presente texto, faz com que pessoas condicionadas pela seca, ou por determinadas expressões econômicas (como o “monopólio” desorganizado e extensivo da cultura da cana-de-açúcar, historicamente fator condicionante) consigam se rebelar de forma democrática. Atitudes conscientes tornam o indivíduo capaz de se livrar do determinismo social aos quais as comunidades menos favorecidas são relegadas. A partir desta consciência também o indivíduo toma para si sua responsabilidade política, vendo-se como ser participante e integrado a um grupo, tendo a capacidade de modificá-lo, de revolucionar e não de ficar à mercê de uma minoria que quer modificar a partir de interesses próprios, sem pensar no bem comum.

Para esta autonomia política e social, a educação se vê como elemento fundamental, se vê como instrumento de luta pela emancipação, como pode ser observado nas palavras de Saviani (2000, p. 6):

A passagem do senso comum à consciência filosófica é condição necessária para situar a educação numa perspectiva revolucionária. Com efeito, é esta a única maneira de convertê-la em instrumento que possibilite aos membros de camadas populares a passagem de “classe em si” para a condição de “classe para si”. Ora, sem a formação da consciência de classe não existe organização e sem organização não é possível a transformação revolucionária da sociedade.

A educação ambiental sendo temática principal deste trabalho, não poderia estar desvinculada destas abordagens educacionais. Abordagens que se inserem num contexto ao qual se percebe a necessidade da mudança, da transformação. Não apenas para salvarmos a natureza, mas para nos salvar de toda esta situação criada pelo próprio homem,

insuportavelmente imoral, antiética, preconceituosa, determinista, terrorista, injusta que está levando a sociedade a um processo de autodestruição.

5. Conclusão

Grande parte da sociedade foi educada para pensar que a Terra, o planeta, os recursos naturais são inesgotáveis e que eram disponibilizados para atender a toda a humanidade com renda, ou seja, poder de compra na hora que o “cidadão consumidor” ou então no momento em que o “cidadão produtor” bem entendesse.

Porém, diante de tantos debates, isso passou a ser amplamente conhecido como inverdade. Mas esse “novo saber” ainda está longe de ser aplicado nas ações dos gestores de negócios, pois boa parte dos mesmos continua colocando a palavra “lucro” como o centro de tudo.

Para agravar esse quadro, percebemos que o mundo moderno foi ficando cada vez mais complexo. Os negócios ficaram mais competitivos com um número imenso de componentes e de interações e, portanto, cada vez mais difícil de ser percebida a necessidade de mudança imediata de atitude de seus gestores com relação ao meio ambiente.

A percepção de que os graves problemas ambientais deveriam ser mais bem observados e que, para amenizá-los, é necessário repensar a forma de produção/consumo e exploração dos recursos naturais.

Apesar de termos defendido neste artigo a EA aplicada aos gestores de negócios como um princípio básico da mudança de atitude e de decisão em prol do meio ambiente, sabe-se que não será de repente, que todas as decisões tomadas de forma consciente resolverão as questões de uma vez. Vamos ter que experimentar, dispor-nos a rever nossas opções e renová-las quantas vezes for necessário.

Após essas reflexões, só nos resta uma tarefa: fazer escolhas. Há escolhas que, apesar de interessantes e até lucrativas, não levará a humanidade a lugar nenhum. Já outras permitem que conduza a um novo modelo que poderá preservar a vida no planeta. Diante disso, valeria a pena arriscar.

Mendonça (2005, p.180) lembra que para mudar “é preciso não somente aprender coisas novas. Isso até que é fácil. [...] A parte mais difícil é esquecer as idéias velhas, as que não servem mais”.

Em outro trabalho, apontamos que é possível às organizações comprometerem-se primordialmente com a preservação do meio ambiente, com isso atendendo aos anseios da sociedade nesse quesito e, ainda, obterem, a partir desse genuíno posicionamento, como forma de diferenciação para o mercado, valiosa fonte de vantagem competitiva. (OLIVEIRA; RIZZO, 2007).

Dessa forma, o comprometimento por parte dos gestores de negócios com a questão ambiental não significa, necessariamente, perda de posição competitiva. Pelo contrário, a forte e crescente demanda social obriga os tomadores de decisão a incorporarem na pauta do dia tais questões, reconhecidamente estratégicas.

O gestor de negócios deve estar preparado para contagiar seus colaboradores para a defesa da Terra. Evitar parte dos problemas antrópicos diz respeito à busca por novas formas de produção e consumo.

Cabe lembrar que o caminho pelo qual se estabelecerá este posicionamento por parte dos gestores, passa, necessariamente, pela educação e seu viés ambiental. De outra forma, as mudanças serão estéticas e não representarão mudanças efetivas, exigidas pela comunidade como um todo.

6. Referências

- ABREU FILHO, Nylson Paim de. **Constituição Federal**. 12. ed. Porto Alegre: Editora Verbo Jurídico, 2007.
- AMÂNCIO, Cristiane Oliveira da Graça. Educação ambiental: uma problematização crítica deste conceito. In: PAULA, Maria das Graças et al. **Introdução ao estudo de gestão ambiental**. Apostila do curso de pós-graduação “Lato Sensu” (Especialização) de Gestão e Manejo Ambiental na Agroindústria. Lavras: UFLA/FAEPE, 2001.
- BUENO, Fernando Protti. **As relações entre ecoturismo e educação ambiental no pólo de ecoturismo da Ilha de Santa Catarina**. 2006. 207 f. Dissertação (Mestrado em Turismo e Hotelaria) Universidade do Vale do Itajaí, Balneário de Camboriú, SC.
- DEMAJOROVIC, Jacques. **Sociedade de risco e responsabilidade socioambiental**. São Paulo: Editora Senac, 2003.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da Terra**. 4. ed. São Paulo: Editora Peirópolis, 2000.
- GILES, Thomas Ransom. **História da educação**. São Paulo: EPU, 1987
- MARÇAL, Maria da Penha Vieira. **Educação ambiental e representações sociais de meio ambiental: uma análise da prática pedagógica no ensino fundamental em Patos de Minas – MG. (2003-2004)**. 2005. 200 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal de Uberlândia, MG.
- MENDONÇA, Rita. **Conservar e criar: natureza, cultura e complexidade**. São Paulo: Editora SENAC, 2005.
- MESQUITA FILHO, Alberto. **Ensaio sobre a filosofia da ciência**. Disponível em: <<http://ecientificocultural.com/ECC2/FilCien/cap03.htm>> Acesso em: 02 fev 2008.
- OLIVEIRA, Edenis Cesar de.; RIZZO, Marçal Rogério. **A questão ambiental no contexto das organizações: responsabilidade socioambiental ou uma forma de diferenciação para o mercado?** In: I Seminário Temático (NESEFI/CISEF) “Centralidades e Fronteiras das Empresas no Século XXI”. Anais... São Carlos: UFSCar. Disponível em: <http://www.dep.ufscar.br/grupos/neseffi/st/anis_st/eixoIV/Edenis.pdf>
- PINCERATO, Francisco. Educação ambiental como solução permanente. **Revista Com Ciência Ambiental**. n. 8, ano 2, fev. 2007. São Paulo: Editora Casa Latina, p. 18-19.
- RIZZO, Marçal Rogério. O desafio de (im)plantar a Educação Ambiental em cursos universitários. In: III FÓRUM AMBIENTAL DA ALTA PAULISTA. Tupã/SP. 3 a 6 de set. de 2007. *Anais do III Fórum Ambiental da Alta Paulista*. Tupã: ANAP. 2007. 1 CD.
- SAVIANI, Dermeval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. 13. ed. Campinas: Autores Associados, 2000
- SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 36. ed. Campinas: Autores Associados, 2003
- SAVIANI, Dermeval. As concepções pedagógicas na história da educação brasileira. In: **Navegando na história da educação brasileira**. Campinas: UNICAMP/FE. HISTEDBR (Grupo de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil") Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_036.html> Acesso em: 25 mai 2007.
- SEIFFERT, Mari Elizabete Bernardini. **Gestão ambiental: instrumentos, esferas de ação e educação ambiental**. São Paulo: Atlas, 2007.

- SILVA, Ângela dos Santos Maia Nogueira da. **Um olhar sobre a educação ambiental no ensino médio: praticar a teoria, refletir a prática.** 2003. 103 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC.
- TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. Pesquisa em educação ambiental na universidade. In: TALAMONI, Jandira L.B.; SAMPAIO, Aloísio Costa (org). **Educação ambiental: da prática pedagógica à cidadania.** São Paulo: Escrituras Editora, 2003.
- UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura. Congresso Internacional UNESCO/PNUMA sobre la educacion y la Formacion Ambientale. In: **Educação Ambiental, Situação Espanhola e Estratégia Internacional.** Madrid: DGMA-MOPU, 1987.
- VALE, Marcelo Fabiane Silva do. **Análise da percepção dos moradores da Serra da Jacobina em relação ao desenvolvimento do ecoturismo associado à educação ambiental.** 2005. 135 f. Dissertação (Mestrado em Ecologia e Biomonitoramento) Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA.